

CONCEITOS E ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA INTRODUÇÃO CRÍTICA¹

CONCEPTS AND KEY ELEMENTS OF URBAN SPACE PRODUCTION: A CRITICAL INTRODUCTION

Letícia Giannella¹, Ana Carolina Chaves Católico¹, Annelize de Souza Pereira¹, Bruna de Castro Dias Bicalho¹, Cauan Braga da Silva Cardoso¹, Davi Bovolenta¹, Eloá Nascimento dos Santos¹, Raphael Henriques da Rocha¹, Ulisses Carlos Silva Ferreira¹

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Correspondência para: Letícia Giannella (leticiagiannella@gmail.com)

doi: 10.12957/geouerj.2019.31368

Recebido em: 21 nov. 2017 | Aceito em: 08 mar. 2019



RESUMO

Este artigo investiga se a compreensão teórica sobre a produção do espaço urbano e o momento contemporâneo da metropolização pode se configurar como uma chave metodológica fundamental para interpretar o período atual de acirramento das contradições do capitalismo e apontar para possibilidades de sua superação. Discute-se como intervenções urbanas em áreas centrais se relacionam com a produção da metrópole, e demonstra-se que há uma lógica no modo como as políticas econômicas e financeiras se articulam com as políticas urbanas e sociais. Por fim, conclui-se que os modelos neoliberais de planejamento urbano são concebidos visando a acumulação de capital e resultam na configuração de metrópoles que se pautam pela segregação socioespacial.

Palavras-clave: MetrÓpole; *City marketing*; Segregação socioespacial; Políticas urbanas; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This article investigates if the theoretical understanding of the production of the urban space and the contemporaneous moment of metropolization can be configurated as a fundamental methodological key to interpret the current moment of aggravation of the contradictions of the capitalism and to find possibilities to overcoming it. It is examined how urban planning in central areas relates to the production of the metropolis by demonstrating the logic behind the articulation among economic, financial, urban and social policies. In conclusion, neoliberals urban planning models are designed aiming capital accumulation and result in the configuration of the metropolis, which are characterized by the social and spatial segregation.

Keywords: *Metropolis; City marketing; Social and spatial segregation; Urban policies; Rio de Janeiro.*

INTRODUÇÃO

Em tempos de grave crise político-econômica, torna-se vital e oportuno avançar sobre a compreensão da dinâmica espacial brasileira, com o intuito de interpretar as transformações espaciais recentes a fim de contribuir para o traçado de caminhos futuros. Se entendemos a crise enquanto uma oportunidade que

¹ Este artigo é resultado de um trabalho coletivo envolvendo a disciplina “Dinâmica dos espaços urbanos e regionais”, do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE). A disciplina, ministrada por Letícia Giannella, resultou na elaboração deste artigo em conjunto com os alunos, como forma de sistematizar e publicizar o conteúdo debatido ao longo do terceiro trimestre de 2016.

nos abre uma janela e nos coloca frente à necessidade de superação capitalista e se, como afirma Henri Lefèbvre em diversos momentos de sua obra, para mudar é necessário mudar o espaço, torna-se clara a necessidade de desvelar tanto as tendências hegemônicas que podemos hoje observar nas nossas metrópoles, quanto a potência presente nos interstícios socioespaciais enquanto sementes de uma nova sociedade, numa perspectiva dialética.

Frente a um cenário que aponta para o acirramento das contradições do modo de produção capitalista, com o fortalecimento de dinâmicas sociais e políticas neoliberais combinadas com o crescimento de pautas essencialmente conservadoras, é preciso promover esforços rumo ao entendimento do papel da produção do espaço nesse processo para construir estratégias de enfrentamento às sucessivas e acumulativas perdas sociais. Mais especificamente, é crucial que nos debruçemos sobre as metrópoles e o processo de metropolização brasileiros, entendendo a questão urbana contemporânea como uma chave teórico-metodológica fundamental para, em um primeiro momento, tornar mais legível a complexidade do mundo capitalista e, em um segundo momento, encontrar subsídios para a reação e construção de outras possibilidades de existência social.

Sendo assim, o presente artigo parte da seguinte hipótese: a compreensão teórica sobre a produção do espaço urbano e o momento contemporâneo da metropolização pode se configurar como uma chave metodológica fundamental para interpretar o momento atual de acirramento das contradições do capitalismo e apontar para possibilidades de sua superação. Não pretendemos aqui trazer um receituário ou manual societário, mas sim debater sobre as condições atuais à luz da teoria sobre produção do espaço urbano e metropolização, desnaturalizando ideias e conceitos e revelando caminhos e possibilidades que partem da própria realidade material.

Nosso método de interpretação, assim, está ancorado no materialismo histórico e dialético. Estamos nos referindo especificamente a autores como, no campo dos estudos urbanos europeus e estadunidenses, Henri Lefèbvre, David Harvey e Neil Smith; e no campo dos estudos urbanos brasileiros e latino-americanos, Ana Fani Alessandri Carlos, Isabel Alvarez, Milton Santos, entre outros.

Buscaremos construir eixos de análise que apontem para as particularidades e singularidades do processo de metropolização brasileiro, bem como para os elementos universais vinculados ao modo de produção capitalista, em particular ao seu momento específico neoliberal, através de uma démarche que caminha do singular ao universal – e vice-versa – no decorrer de toda a pesquisa e exposição. Nosso método de investigação, portanto, está pautado em um caráter mais teórico que, todavia, não poderia existir em si, sem que nos ocupemos em trazer, ainda que ligeiramente, referenciais empíricos que são a base da reflexão teórica. Nosso referencial empírico passa por um caso emblemático: a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, vulgarmente conhecida como Porto Maravilha². Buscaremos discorrer sobre o modo com o qual este processo, que se dá com base em um recorte da cidade, reconfigura a metrópole. Também apontaremos para as suas contradições e traremos à tona aquilo que os mesmos processos carregam enquanto potência transformadora. A referência a este processo estará presente ao longo de todo o texto – de forma breve e com o caráter de exemplificação – costurada com os aportes teórico-conceituais.

A primeira seção do artigo discorre sobre o conceito de espaço, trazendo a perspectiva relacional para o centro da análise. Entendemos que só se pode compreender a metropolização dentro de um quadro conceitual relacional, esforço que problematiza análises sobre o processo de metropolização que costumam privilegiar uma leitura do espaço a partir de uma perspectiva absoluta, quando muito relativa.

Em seguida, partimos de uma discussão a respeito do espaço para um enfoque na produção do espaço urbano, a fim de compreender o espaço como mercadoria a partir da dialética valor de uso/valor de troca, para então desembocar em um breve debate sobre renda fundiária e raridade do espaço. É impossível entender a metropolização sem compreender a centralidade da propriedade privada na produção capitalista do espaço e o papel que a renda desempenha neste processo. A raridade do espaço, assim, se torna uma categoria central para a compreensão da configuração metropolitana.

² Projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro aprovado em 2009 no contexto da preparação da cidade para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. O projeto se apoia no mecanismo das operações urbanas e é, portanto, dependente da comercialização de títulos mobiliários emitidos pela prefeitura e lançados no mercado de capitais – os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs). Para maiores informações, ver Giannella (2015, 2016), Werneck (2017), Silva (2012), Cardoso (2013).

Após esta abordagem sobre a produção do espaço urbano, enfatizaremos o momento contemporâneo e suas especificidades. Discutiremos, assim, a financeirização e suas implicações na produção do espaço e, especificamente, na metropolização brasileira. Esta discussão está relacionada ao debate sobre os instrumentos da cidade neoliberal – planejamento estratégico, parcerias público-privadas, city marketing, etc. – e o papel que eles desempenham na formação das metrópoles.

Por fim, discutiremos o modo com o qual a metropolização se relaciona com a segregação espacial. Evidenciaremos a segregação como a essência da produção do espaço no modo de produção capitalista, como um elemento intrínseco ao mesmo e não como um ponto “fora da curva”. Trata-se de um conceito fundamental para abordar a metropolização dos espaços urbanos brasileiros.

O ponto de partida: a perspectiva relacional do espaço

O conceito de *espaço* agrega definições de diferentes esferas do conhecimento acadêmico. Talvez, por este motivo, David Harvey (2012 [2006], p. 8) o tenha classificado como um conceito bastante complexo, dada a sua margem para múltiplas interpretações. Para o autor, o espaço deve ser visto como uma chave de análise da sociedade capitalista, especialmente da sociedade urbana. Assim, o geógrafo categoriza sua natureza a partir de uma divisão tripartite: *absoluto, relativo e relacional*.

O espaço absoluto é o espaço como “coisa em si mesma”, com existência independente da matéria, possuindo uma estrutura passível de uso para classificação ou distinção de fenômenos (HARVEY, 1980 [1973], p. 10). É aquele que registra eventos ou ações dentro de determinada forma que o constitui e que pode ser marcado, fechado, delimitado. Geometricamente, é o espaço euclidiano. Socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (Estados, unidades administrativas, planos urbanos, grades urbanas) (HARVEY, 2012 [2006], p. 10).

O espaço relativo é o espaço compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem (HARVEY, 1980 [1973], p. 13). O espaço é relativo em dois sentidos: o de que há múltiplas geometrias que podemos escolher (entre as quais, geometrias não-

euclidianas) e o de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem (HARVEY, 2012 [2006], p. 10-12). Dessa forma, é impossível compreender o espaço independentemente do tempo, o que implica no surgimento do conceito uno de espaço e tempo, o espaço-tempo.

É daí que surgem as ideias a respeito das localizações relativas e fricções diferenciais da distância, que nos auxiliam a compreender, por exemplo, as questões de mobilidade nas metrópoles vinculadas às remoções de moradores de favelas e ocupações situadas em áreas centrais para empreendimentos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida construídos em bairros geográfica e socialmente periféricos. Tal situação pôde ser observada nos primeiros anos do projeto Porto Maravilha, quando dezenas de famílias foram removidas de suas casas no Morro da Providência e de ocupações tais como a Zumbi dos Palmares – ambos inseridos no perímetro da operação – e deslocadas para conjuntos habitacionais em Santa Cruz, um dos bairros limítrofes da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro marcado por graves problemas de mobilidade, entre outros. O espaço-tempo de seus deslocamentos pendulares sofreu variações com fortes implicações nas suas vidas cotidianas. Ainda, é a noção de espaço relativo que nos auxilia a compreender a diferença entre molduras espaço-temporais de alguém que vive nesses bairros situados nas periferias das grandes cidades, por exemplo, mas se desloca para o trabalho nas áreas centrais, por exemplo, de carro, e alguém que vence a mesma distância utilizando um ônibus, seguido de trem e metrô. Ou ainda, entre aquele que se desloca de carro, porém em horários alternativos, e aquele que precisa se deslocar na chamada “hora do *rush*”.

O espaço relacional também implica na impossibilidade de separar os conceitos de tempo e espaço. Acrescenta-se a esta concepção, entretanto, a ideia de que o espaço – espaço-tempo – está contido nos objetos e processos. Segundo Harvey (2012 [2006], p. 12), “não há coisas como espaço ou tempo fora dos processos que os definem”, ideia advinda das mônadas leibnizianas. Os processos, assim, definem seu próprio quadro espacial e não reduzem um evento a aquilo que acontece em determinado ponto, isto é, “uma grande variedade de influências diferentes que turbilham sobre o espaço no passado, no presente e no futuro concentram e congelam em um certo ponto para definir a natureza daquele ponto” (HARVEY, 2012 [2006], p. 12-13). Como veremos mais adiante, é impraticável compreender os fundamentos da

produção capitalista do espaço e do processo de metropolização sem que consideremos sua relacionalidade, uma vez que é o espaço relacional que nos auxilia a esclarecer as diversas formas de extração da renda da terra e a especulação imobiliária vinculada a este processo. Ademais, é somente sob a perspectiva relacional do espaço-tempo que podemos compreender o papel das memórias coletivas³, subjetividades e ideologias na análise e produção do espaço urbano.

Deste modo, a mensuração torna-se cada vez mais complicada quanto mais aproximamos o conceito de espaço à sua dimensão relacional. Por outro lado, a existência do espaço (ou espaço-tempo) não está condicionada à sua capacidade de ser medida ou quantificada. Para Harvey (1980 [1973]; 2012 [2006]), o espaço não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas pode tornar-se um ou outro separadamente, ou simultaneamente, em função das circunstâncias, em tensão dialética um com o outro.

O espaço, nesta perspectiva, desnaturaliza-se. A partir do momento em que se deixa de considerar o espaço como um ente neutro que contém simplesmente as relações sociais, inicia-se a sua compreensão enquanto algo intrínseco à própria produção das relações de produção, algo “imaneente à produção da sociedade no movimento (histórico) de sua reprodução” (CARLOS, 2011, p. 9), o que implica dizer que, para transformar o modo de produção capitalista, é preciso transformar o espaço.

É aqui que podemos passar deste nível mais geral e abstrato de conceitualização do espaço – segundo Haesbaert (2010, p. 163) – para um nível mais concreto da análise e produção do espaço urbano. A mediação entre estes níveis pode se dar com o recurso à conhecida tríade lefebvriana da produção do espaço, composta pelas dimensões das práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação.

A primeira dimensão refere-se à materialidade do espaço, aquela vinculada ao espaço percebido pelas pessoas em seu cotidiano. De acordo com Harvey (2012 [2006]), é “o espaço da experiência e da

³ A memória coletiva, um difuso, mas poderoso sentido que tanto permeia uma cena urbana, pode desempenhar um papel significativo na animação de movimentos políticos e sociais (HARVEY, 2012 [2006], p. 26).

percepção aberto ao toque físico e à sensação” (p. 19), decorrente das práticas espaciais do dia a dia, associando realidade cotidiana (emprego do tempo) e realidade urbana (percursos e redes religando os lugares do trabalho, da vida privada, do lazer, etc).

As representações do espaço, por sua vez, são aquelas que procuram descrever os espaços através das palavras, mapas, imagens e gráficos a partir da apropriação da realidade material percebida (HARVEY, 2012 [2006], p. 22). Tal perspectiva se conecta à noção de espaço dominante em uma sociedade, aquele vinculado às relações de produção, possuindo caráter técnico e ideológico. É o espaço, portanto, da dominação, ainda que se possa observar disputas por representações do espaço em diversas situações concretas, tais como as distintas representações da favela em luta em meio a processos de remoções. Através das representações (que marcam o espaço, nomeiam, intervêm nele) encontraríamos a história das ideologias. Trata-se do espaço concebido, ligado às relações de produção e à ordem que elas impõem, aos signos, códigos, etc., que elas implicam. É o espaço dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas que retalham o espaço, espaço este que tende, portanto, para um sistema de signos elaborado intelectualmente (LEFÈBVRE, 2013 [1974], p. 214).

Já o espaço vivido refere-se ao modo de viver e sentir a realidade; são aqueles espaços de representação segundo as emoções, medos e sensações dos indivíduos e grupos sociais. Está vinculado aos significados subjetivos dos indivíduos em relação às suas práticas sociais no cotidiano, que transcendem a forma urbana. Os espaços de representação referem-se à apropriação do espaço, aos sonhos, devaneios e à imaginação, jamais se sujeitando à coerência do espaço concebido. Estão ligados ao lado mais clandestino e subterrâneo da vida social, e também à arte. É o espaço dos usuários e daqueles que o descrevem, como os escritores e filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, submetido, que a imaginação tenta modificar e apropriar, e tende para sistemas mais ou menos coerentes de signos que não são intelectuais.

Lefèbvre considera que o espaço produzido a partir desta trílice dialética cuja predominância está nas representações do espaço e na dominação engendra um espaço abstrato que comporta em si, entretanto, contradições. Assim, ocorreria um duplo movimento com a dissolução de relações e nascimento de novas

relações, o que faz com que seja engendrado um novo espaço que Lefebvre chamará de espaço diferencial. Enquanto o espaço abstrato é repetitivo e homogêneo, o espaço diferencial acentua as diferenças e, para o autor, somente a luta de classes impede que o espaço abstrato se estenda a todo o planeta (LEFÈBVRE, 2013 [1974]).

Tal proposição nos parece essencial para que possamos alcançar o objetivo proposto por este trabalho. Para compreendê-la com maior clareza em seu caráter de mediação entre a concepção relacional do espaço e a análise da produção do espaço urbano, entretanto, é importante que examinemos com um pouco de atenção aquilo que é, de certa forma, a base do pensamento de Lefebvre e também de Harvey: a incorporação da teoria marxiana do valor na consideração sobre a produção do espaço urbano.

Valor de uso e valor de troca na produção do espaço urbano

Uma vez que partimos de uma concepção de espaço que pressupõe seu caráter relacional, entendemos que o mesmo é, simultaneamente, produto e produtor das relações sociais, e não uma entidade que paira acima ou ao largo das mesmas. Uma vez que vivemos em uma sociedade capitalista, portanto, tem-se que o espaço é produzido e reproduzido pelas relações sociais de produção capitalistas e, ao mesmo tempo, as (re)produz.

Como se dá este processo? Ou seja, como se estabelece esta relação dialética entre relações sociais de produção e produção do espaço? São questões que buscaremos, ainda que brevemente, responder nesta e nas próximas seções do artigo.

Na economia política, o entendimento da natureza do capital é precedido pela definição de produto a partir da teoria do valor, o que nos leva à definição de mercadoria. No entanto, assinalamos aqui as diferenças entre a abordagem dada por economistas políticos clássicos (que posteriormente retorna com os economistas neoclássicos marginalistas), e a abordagem marxista, que é nossa principal referência. Considerado o precursor da formulação da teoria do valor, Adam Smith, na obra *A Riqueza das Nações*, afirma que.

[...] o valor tem dois significados diferentes: algumas vezes expressa a utilidade de algum objeto particular, e algumas vezes o poder de compra de outros bens que a posse daquele objeto transmite. O primeiro pode ser chamado ‘valor de uso’, e o segundo, ‘valor de troca’ (SMITH, 1998 [1776], p. 85).

Marx, em sua contribuição ao debate clássico, tenta resolver as ambiguidades presentes nas abordagens clássicas. Ele considera que o duplo caráter da mercadoria é derivado do trabalho, que, por sua vez, apresenta outro duplo caráter: concreto e abstrato. Sendo o valor de uso advindo do uso concreto do produto pelos indivíduos, o valor de troca advém da interação entre objetos produzidos pelo caráter abstrato do trabalho.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio da força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob a forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso. (MARX, 1996 [1867], p. 53)

A partir daí, Marx critica as abordagens anteriores que consideram o valor de uso e de troca enquanto “escalas fixas e separadas”, e concebe os conceitos de forma dialética e relacional.

Compreende-se a mercadoria enquanto duplo aspecto da expressão da sociedade capitalista burguesa: valor de uso e valor de troca. Segundo Marx, portanto, os valores de uso referem-se ao produto na medida em que forem necessários como meio de existência. Já o valor de troca, à primeira vista, aparece como uma relação “quantitativa” resultante da proporção entre valores de uso dos produtos trocados entre si. A definição de Marx sobre o valor de troca “reside no processo social de aplicação do trabalho necessário aos objetos da natureza para criar objetos materiais (mercadorias) apropriados para o consumo (uso) pelo homem” (HARVEY, 1980 [1973], p. 133). Portanto, relaciona-se o valor de uso e o valor de troca entre si, considerando o duplo aspecto – de forma dialética e relacional – da mercadoria. Seriam, portanto, questionáveis todas as interpretações que consideram somente o valor de uso, somente o de troca, ou ambos existindo independentemente.

A abordagem marxista compreende que a economia capitalista contemporânea transforma tudo em mercadoria. Não seria diferente quando se trata do solo e das benfeitorias nele realizadas. No entanto, aplicando-se os conceitos de valor de uso e de troca da mercadoria, seis aspectos particulares se fazem

presentes ao solo e às suas benfeitorias: não podem circular livremente como as outras mercadorias; são mercadorias indispensáveis a todos os indivíduos, uma vez que todos necessitam morar, trabalhar etc., em algum espaço localizado; têm pouca liquidez; o solo é permanente e as benfeitorias têm, de maneira geral, longa vida útil; a troca do solo se faz num curto período de tempo, mas o uso se realiza em longos prazos; ambos (solo e benfeitorias) têm numerosos e diferentes usos para os diversos tipos de ocupantes – sendo esta uma peculiaridade do valor de uso do solo.

A respeito da teoria do uso do solo urbano, a maioria dos estudos costuma desconsiderar essas especificidades (GOTTDIENER, 1993). Geógrafos e sociólogos, em diversos momentos, se concentram nos valores de uso do solo e suas benfeitorias; enquanto teóricos microeconômicos recaem na mesma estratégia da utilidade marginal, na qual o valor de uso é relacionado ao valor de troca na margem.⁴

Tais abordagens desconsideram, por exemplo, a diversidade de atores presentes no mercado imobiliário e suas diferentes relações com os valores de uso e de troca, como os usuários (que obtêm valor de uso); os corretores de imóveis, proprietários rentistas, incorporadoras e o setor financeiro (que obtêm valor de troca); as indústrias e os governos (que obtêm ambos os valores); e, principalmente, desconsideram os resultados das interações entre os diversos atores (HARVEY, 1980 [1973]).

É justamente a contradição entre valor de uso e de troca, em sua interpenetração dialética, que constitui o cerne da produção e reprodução do urbano. Para produzir valor de troca, é necessário produzir valor de uso para outrem, e para adquirir valor de uso, por sua vez, é necessário negociar valores de troca, ou melhor, “o que é valor de uso para um é valor de troca para outro, e cada um concebe o valor de uso diferencialmente” (HARVEY, 1980 [1973], p. 142).

⁴ Como exemplos, temos as teorias marginalistas que pressupõem que os indivíduos se comportam de maneira a maximizar a utilidade da mercadoria; a da singularidade espacial (que considera o espaço absoluto, negligenciando seu aspecto relativo e relacional); e a do excedente do consumidor – representado pela diferença entre a quantia a qual o indivíduo pode pagar por um bem e a qual ele estaria inclinado a pagar por ele. Trata-se, em suma, de abordagens que definem valor de uso e de troca a partir do sistema de preços (e não das relações sociais de produção), amplamente criticado por Marx.

No caso do Porto Maravilha, por exemplo, há uma penetração cada vez maior dos valores de troca sobre os valores de uso. Os moradores da região, por exemplo, que antes da chegada da intervenção ali viviam com a finalidade de satisfazer as suas necessidades, passam a compreender que a área está sofrendo um processo de valorização imobiliária e passam a enxergar as suas casas com o referencial do investimento, entendendo-as por um prisma que passa, portanto, pelo valor de troca. Outro exemplo claro desta relação entre valor de uso e de troca está na transformação em relação às manifestações culturais locais. O que antes se configurava como iniciativas populares de resistência cultural cotidiana passa a ser visto como possibilidades de obtenção de valor de troca. Ainda, aquilo que é valor de uso para alguns, tais como as casas e as manifestações culturais locais, é visto ao mesmo tempo como valor de troca para outros, em especial para os sujeitos que se encontram no campo dominante do processo de produção do espaço em questão.

Vimos na seção anterior que o espaço é produzido a partir da relação dialética entre as práticas espaciais (espaço percebido), representações do espaço (espaço concebido) e espaços de representação (espaço vivido). A luta pelo espaço, segundo esta abordagem, se dá na medida em que os espaços vividos são sufocados pelos espaços concebidos, dinâmica que leva à configuração dos espaços diferenciais (ou contraespaços). Uma vez que partimos de uma concepção de espaço que enfatiza sua relacionalidade, entendemos que, em uma sociedade capitalista, os espaços são concebidos mental e materialmente tendo como objetivo central possibilitar a reprodução do capital. Deste modo, podemos vincular a dimensão (ou momento) da produção do espaço que Lefèbvre caracteriza como espaço concebido à possibilidade de realização do valor de troca. Por outro lado, os espaços vividos podem ser vinculados ao valor de uso. A luta pelo espaço, assim, se configura como a luta do uso contra a troca, da apropriação contra a dominação.

Esperamos ter contribuído, nesta seção, para a compreensão da dinâmica entre valores de uso e de troca do solo na produção do espaço urbano. Em tempos de financeirização da economia, em escala global, o solo urbano é transformado em ativo financeiro, e a dialética valor de uso/valor de troca ganha novos contornos que só podem ser compreendidos a partir do entendimento sobre a renda fundiária urbana, objetivo da próxima seção do artigo.

Renda fundiária e raridade do espaço

Ao discorrer sobre o feudalismo, Harvey (2013 [1982]) aborda que a monetização de rendas feudais abriu caminho para o aluguel de terras nos quais os donos recebiam o valor em dinheiro. Ao possibilitar a compra e venda da terra e o usufruto dos seus bens, esta adquire valores de uso e troca. Com isso, passa a ser monopolizável e alienável, ganhando o caráter de mercadoria. Vale ressaltar que se trata, como já vimos, de uma mercadoria especial, visto que não é fruto do processo de produção social, uma vez que apenas as melhorias nela implementadas são produtos do trabalho humano. Ainda, a terra não é uma mercadoria que pode ser reproduzida, dado que “[...] a quantidade total de terra na superfície da terra não pode ser significativamente aumentada ou diminuída mediante a ação do homem e, portanto, a propriedade da terra é vista como um bem financeiro” (HARVEY, 2013 [1982], p. 432).

Ainda de acordo com o autor, os valores de uso que a terra possui podem ser retirados, usados como sustentação para a reprodução constante e podem, ainda, impulsionar a produção como potência da natureza. Assim, ao fixar um capital específico como aplicação em determinada propriedade para aumentar a sua produtividade, o aumento obtido referente a essa aplicação será permanente. Mediante isso, tem-se que as benfeitorias implementadas no solo são produtos da atividade humana que intervêm diretamente na produção de valores de uso e de troca.

Para entender a questão da renda, é preciso compreender que há uma divisão do valor obtido pela produção: uma parcela do valor é o salário, que equivale à medida do valor pago pela força de trabalho; outra parcela é a do trabalho excedente, denominada mais valia, onde o lucro se apresenta como o valor obtido além do salário. Assim, a renda fundiária está numa categoria diferenciada desses valores alcançados pela produção, pois é inerente à propriedade privada da terra, sendo um elemento relativamente extrínseco ao processo de produção (HARVEY, 2013 [1982]). Porém, a renda só pode ser paga ao proprietário por meio do lucro obtido na produção. O desafio, deste modo, é enxergar a relação de produção que existe por trás da renda, uma vez que não é a terra em si, mas sim as relações de produção, que são o fator ativo no processo de obtenção da renda.

A terra e o trabalhador são os mananciais de toda a riqueza, ou seja, a renda se fundamenta na exploração da classe trabalhadora e não da classe capitalista pelos proprietários, como costuma-se compreender. Com o capitalismo, a terra passa a ser vista como mercadoria, e a renda começa a aparecer como juros sobre o investimento na sua aquisição ou utilização. Negocia-se, desta forma, o direito sobre lucros futuros do uso da terra, o que não deixa de ser o direito sobre o trabalho futuro. A terra torna-se, assim, capital fictício, tal como outros instrumentos financeiros cada vez mais presentes na economia global (ativos diversos), porém com o agravante de ser um instrumento monopolizável.

Mediante essas considerações, chegamos às formas de renda. A renda diferencial resulta da concorrência entre os capitalistas e não existe, portanto, em si mesma, mas sim somente em relação com outras parcelas do espaço. Sua obtenção se dá através da diferença entre o preço individual de produção e o preço de produção no pior solo, por isso só pode ser considerada dentro de uma concepção de espaço relacional. Dentre as possibilidades para a obtenção da renda diferencial, tem-se que ela pode independe do capital investido, sendo somente resultado da fertilidade natural do solo e sua localização (renda diferencial I); ou pode ser o efeito de investimentos de capital que modificam suas condições de concorrência frente a outras parcelas de terra (renda diferencial II). A renda absoluta resulta da condição monopolizável da terra. O proprietário pode colocar a terra para produzir somente mediante tributos, sendo esta a razão da existência da renda nos solos de pior condição. Ela é obtida mediante a elevação artificial dos preços acima do preço de produção geral (pior solo). O lucro obtido, assim, não é fração do trabalho excedente dos trabalhadores daquela terra, mas sim da massa de mais-valia global. A renda de monopólio, por sua vez, realiza-se ao ter o seu preço determinado pelo desejo e capacidade de pagamento dos consumidores (HARVEY, 2013 [1982], PAULANI, 2016).

Para Harvey, “a apropriação da renda e a existência da propriedade privada na terra são condições socialmente necessárias para a perpetuação do capitalismo” (2013 [1982], p. 461). O autor afirma, entretanto, que a existência da renda torna-se uma fenda de contradição, confusão e irracionalidade justamente por estar fundada na existência da propriedade privada.

Duas implicações estão intimamente conectadas a este processo de apropriação da renda na produção do espaço urbano cujo domínio está na renda absoluta em torno do valor de troca que surge quando o espaço se configura como uma condição para a produção capitalista. A primeira delas se relaciona com o crescimento urbano com a incorporação do capital como capital fixo, o que contribui para a compreensão dos processos de metropolização. A segunda se refere à escassez do espaço, socialmente determinada, que Carlos vai analisar em termos da raridade do espaço:

[...] diante das necessidades impostas pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente - e tornado mercadoria, no processo histórico - é apropriado privativamente, criando limites à sua própria reprodução. Nesse momento, o espaço, produto da reprodução da sociedade, entra em contradição com as necessidades do desenvolvimento do próprio capital. O que significa dizer que a "raridade" é produto do próprio processo de produção do espaço ao mesmo tempo que sua limitação - o que se configura como uma contradição do espaço. (CARLOS, 2001, não paginado).

Esta raridade ocorre em determinados pontos da cidade que estão associados geralmente à centralidade, no sentido locacional e no sentido da infraestrutura de transportes e comunicações existentes, e este processo se relaciona intimamente com a questão da renda fundiária. As pessoas, as corporações e o Estado que são proprietários os terrenos situados nas áreas centrais das grandes cidades, por exemplo, são conscientes de que as porções do espaço que lhes pertencem são espaços de raridade cujas formas não cumprem mais as funções a que foram planejadas, se constituindo contemporaneamente mais como rugosidades no processo da produção do espaço urbano. Para manter a inserção dessas porções do espaço no circuito da troca e manter o processo de obtenção da renda torna-se necessário ressignificar essas formas e dotá-las de novas funções, sendo este o caso de intervenções urbanas tais como o Porto Maravilha. Na conjuntura neoliberal, como veremos, em que se estabelece o planejamento estratégico das cidades, pontos do território são selecionados para sofrerem tais intervenções, configurando o que Milton Santos chamaria de espaços luminosos e opacos (1996). Este processo tem implicações metropolitanas, uma vez que se trata de esforços no sentido de reproduzir desigualdades socioespaciais.

Como dissemos, não nos ocuparemos aqui em trazer para a análise os meandros do projeto Porto Maravilha, mas é importante dizer que a sua modelagem financeira se pauta na transferência da renda fundiária que seria extraída pelo/para o Estado para grandes investidores privados. Trata-se de um perímetro que era composto por cerca de 80% de terrenos públicos que estão sendo repassados a (poucas e grandes) empreiteiras por meio da emissão de títulos financeiros (os Certificados de Potencial Adicional

de Construção – CEPACs, instrumento previsto no Estatuto das Cidades). Estes títulos são negociados por dois fundos de investimento imobiliário – um deles administrado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP) e outro administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF), que é detentora da totalidade dos títulos – através de uma engenharia financeira que onera o Estado, com suporte no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e favorece os investidores que não desembolsam qualquer valor pelos terrenos.

Deste modo, a obtenção da renda fundiária – associada à produção da escassez nos espaços urbanos – está vinculada à intervenção do Estado, que se vale de estratégias sob o discurso da modernização. Tal processo implica em várias consequências, tais como: deslocamentos de favelas, expulsão de populações residentes de uma determinada área, destruição de bairros inteiros e transformações nas leis de zoneamento da cidade (CARLOS, 2001). De fato, este é o processo a que temos assistido no Rio de Janeiro, processo que tem implicações na dinâmica da renovação de sua área central, de um lado, e na metropolização, de outro. Entre outros fatores (como a configuração de espaços luminosos e opacos, já mencionada acima), as pessoas que são expulsas – de forma direta e indireta – das áreas centrais em decorrência do projeto Porto Maravilha, acabam se deslocando para áreas periféricas, o que pauta uma das dimensões da expansão metropolitana e impacta, conforme já foi dito, na vida cotidiana de cada indivíduo. A renovação de áreas centrais e a metropolização do espaço são, portanto, processos intimamente relacionados.

Além disso, o Rio de Janeiro, ao longo da última década, vem sofrendo um processo de metropolização associado à implantação de grandes empreendimentos, tais como a Companhia Siderúrgica do Atlântico e a ampliação do Porto de Itaguaí, de um lado, e a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, de outro, ambos associados à construção do Arco Metropolitano, rodovia que corta diversos municípios da região metropolitana. Este processo também pode ser compreendido à luz do conceito de renda fundiária.⁵

⁵ É importante destacar que a conjuntura político-econômica atual vem ressignificando esses empreendimentos.

Como abordado anteriormente, a dinâmica valor de uso/valor de troca na produção do espaço urbano, as formas de extração da renda da terra e a formação de espaços de raridade ganham novos contornos no cenário de financeirização da economia. O caso do Porto Maravilha, em conformidade com o que já foi discutido, aponta para estes novos contornos.⁶ Para compreendermos a dinâmica metropolitana associada a esta conjuntura global, portanto, faz-se necessário discorrer, de modo geral, sobre o significado da financeirização no espaço urbano, objetivo da próxima seção.

Financeirização e produção do espaço urbano

De acordo com Calvete (2009) a financeirização é o fenômeno caracterizado pelo aumento da influência das finanças na economia, avançando também sobre as relações políticas e sociais. Historicamente, esse fenômeno se inicia nos anos 70 do século XX, com a transição dos chamados anos dourados do fordismo para um capitalismo financeirizado baseado na especulação, nos riscos e na instabilidade.

O reconhecimento do processo de financeirização – não compreendido de forma limitada como o domínio do crédito sobre o setor produtivo, mas sim de modo abrangente, ou seja, como um fenômeno que atinge as relações sociais como um todo – é crucial, uma vez que a urbanização vem se dando cada vez mais sob forte influência da especulação e “do capital portador de juros” (SANFELICI, 2013, p. 28).

Como aponta Harvey (2011), a produção do espaço urbano é essencial para o desenvolvimento do capitalismo financeiro, pois grandes quantidades de capitais são movidas por empréstimos de longo prazo. Ainda, tais formas de investimentos, baseadas em endividamentos de diversos matizes, jogam um papel central na formação das crises do capitalismo.

⁶ Apesar de apresentar algumas dinâmicas bastante particulares, que estão sendo objeto de novas investigações dos autores, como a monopolização dos investimentos efetivamente realizados na área por três grandes empreiteiras, o que pode talvez indicar a formação de um cartel envolvendo a operação, possibilidade que se distingue consideravelmente do processo de financeirização associado à produção do espaço urbano em São Paulo (estudado com afinco por Fix, 2001, 2007; Martins, 2011; Sanfelici, 2013).

Segundo Sanfelici (2013), as reformulações do sistema financeiro, principalmente após os anos 80 do século passado, são relevantes para explicar a expansão do crédito pessoal, principalmente para o financiamento habitacional, visto que, neste período, as grandes empresas passaram a fazer investimentos financeiros sem a necessidade de intermediação dos bancos comerciais, que então se viram frente a necessidade de buscar alternativas para a garantia de sua lucratividade.

É fundamental ressaltar a complexidade e diversidade de formas em que a financeirização se expressa em cada parcela do globo terrestre. Frente a este caráter multifacetado, torna-se clara a incapacidade deste artigo em discorrer sobre o assunto. O que queremos ressaltar aqui é a necessidade de que estudos a respeito de processos de metropolização levem em consideração a centralidade das finanças no mundo contemporâneo, bem como as especificidades da articulação entre financeirização e produção do espaço urbano em cada ponto do território.

No Brasil, alguns autores vêm se debruçando sobre aspectos da financeirização e suas implicações na urbanização, especialmente no estado de São Paulo.⁷ Suas conclusões apontam para alguns processos que parecem indicar certo padrão, quais sejam: a intensa participação do Estado na criação de condições institucionais para o fortalecimento do sistema de finanças na produção do espaço urbano; a atuação de fundos de investimentos imobiliários compostos por agentes financeiros globais capazes de extrair rendas da terra na escala local, promovendo o que Sanfelici denomina como “reordenamento escalar do processo de urbanização” (2013, p. 43); e

um recrudescimento do processo de fragmentação socioespacial, sobretudo em razão da ênfase dos grandes grupos do setor imobiliário na oferta de mega-projetos que apontam para graus mais ou menos elevados de ruptura com o tecido urbano como decorrência de sua natureza ‘introvertida’ – separação por muros e cercas, integração de funções diferenciadas (moradia, trabalho etc.), segurança e controle de acesso etc. (SANFELICI, 2013, p. 43)

O mesmo autor destaca “o papel das grandes construtoras/incorporadoras como elos mediadores entre os fluxos financeiros globais e a captura de rendas do solo na escala global” (SANFELICI, 2013, p. 44).

⁷ Tais como Mariana Fix (2001, 2007), João Sette Whitaker Ferreira, Flávio Villaça & Ermínia Maricato (2007), Flávia Martins (2011) e o já citado Daniel Sanfelici (2013).

Parece-nos que o caso do Rio de Janeiro aponta para algumas especificidades que necessitam ser mais bem esmiuçadas, pois trata-se de um processo cujos agentes centrais são duas grandes construtoras que não passaram pelo processo de abertura de capital. Tais empresas são, ao mesmo tempo, parte da Concessionária Porto Novo – que executa as obras contidas na lei que cria a operação por meio de um contrato de parceria público-privada – e os principais investidores no perímetro da operação que atuam com base na incorporação dos terrenos públicos da região sem que necessitem desembolsar qualquer quantia pelos mesmos, uma vez que o fundo de investimento imobiliário que é intermediário nesta transação – formado e administrado pela Caixa Econômica Federal – tem atuado com base na permuta, ou seja, tem participado como sócio dos empreendimentos oferecendo em troca os terrenos e os CEPACs para os investidores. A financeirização está presente aí na constituição e ação deste fundo e na emissão dos títulos que são negociados no ambiente da bolsa de valores, porém, alude-se aqui a singularidades da relação entre financeirização e produção do espaço urbano.

O que nos parece central para o objetivo deste artigo, todavia, é indicar para o processo capitalista da urbanização que leva à transferência e concentração da renda fundiária para poucos agentes que atuam em diversas escalas por meio da dominação do espaço por meio do espaço concebido que sufoca os espaços vividos, ou da sobreposição da troca sobre o uso. Interessa também articular este processo com a metropolização, mostrando que existe um movimento que associa as intervenções urbanas em áreas centrais com a produção da metrópole.

O entendimento a respeito da seleção de pontos do território e a opacidade daqueles que não são escolhidos, guardadas as especificidades da teoria proposta por Milton Santos, pode se dar com maior clareza ao entendermos a nova (nem tão nova assim) forma de se gerir as cidades no contexto da financeirização da economia. Intervenções como o Porto Maravilha são exemplos emblemáticos do que se denomina empresariamento urbano (HARVEY, 1996, 2005 [2001]), que está vinculado, por sua vez, ao planejamento estratégico das cidades (VAINER, 2009 [2000]).

Barbosa (2002) mostra que, neste contexto, as empresas passam a indicar lugares otimizados para a reprodução do capital, exigindo as condições fiscais necessárias para os empreendimentos e a flexibilização das leis trabalhistas, o que tem como consequência o estabelecimento de uma

[...] competição na escala dos lugares, que por sua vez, aprofunda a competição no interior das redes urbanas e, ao mesmo tempo, torna-se mais predatória, pois se realiza de modo cada vez mais coercitivo, fragmentário e pouco previsível (BARBOSA, 2002, p.139).

Outro ponto que chama a atenção é a participação de órgãos internacionais e suas diretrizes para a liberação de financiamentos, onde as relações com o empresariamento urbano ganham maior dimensão. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por exemplo, exige uma relação de redução do Estado e maior participação das empresas privadas na produção da infraestrutura urbana, principalmente nos serviços essenciais das cidades como habitação, saneamento e transporte, para a liberação do crédito (BARBOSA, 2002, p. 138).

A competição entre cidades, também compreendida a partir da ideia de guerra dos lugares (ROLNIK, 2015), leva ao recrudescimento de desigualdades e fragmentações socioespaciais na escala da metrópole, uma vez que, neste jogo, as cidades que costumam ter condições de enfrentar a concorrência no intuito de se inserir no rol das chamadas cidades globais são sempre os nós centrais das regiões metropolitanas e nunca os demais municípios. Mesmo na escala da cidade, como dissemos, parcelas específicas do espaço são recortadas e eleitas para receberem investimentos a fim de que a cidade possa participar deste jogo que se dá em escala global. Isto sem considerar a já mencionada relação entre renovação de áreas centrais e produção de espaços metropolitanos.

Neste cenário de empresariamento urbano, surge uma emblemática concepção de cidade-mercadoria, na qual muitas cidades estão à venda e, inclusive, podem ser objetos de luxo. Nelas, os atributos comercializados são os mais variados, dependendo dos interesses e demandas de cada grupo social. Esse processo contribui para explicar o chamado marketing urbano ou city marketing, que será descrito na próxima seção.

O papel do *city marketing* na construção da metrópole financeirizada

A criação de uma identidade é complexa e, não por menos, também é complexo o mecanismo aplicado à construção de uma identidade artificial sobre um território destinado à venda. A arquiteta Fernanda Sanchez (2010), ao estudar os mecanismos de inserção competitiva das cidades no mercado global dentro do contexto do empresariamento urbano, revela – a partir da análise de Barcelona e Curitiba – os modos com os quais uma cidade passa a ser concebida como produto, alicerçada pelos rotineiros discursos midiáticos de reestruturação econômica ou regeneração urbana, como denominou Neil Smith (2006).

Com o que vimos até o momento, entende-se que caso a produção do espaço urbano se mostrasse em sua essência, ou seja, como um processo conflituoso entre valor de uso e de troca, entre apropriação e dominação, que tende à vitória opressiva do primeiro sobre o segundo por meio de concepções de espaço que sufocam os espaços de representação, e se o espaço urbano fosse compreendido pelo senso comum dentro de uma perspectiva relacional, as propostas de intervenção urbana tais como o Porto Maravilha não seriam aceitos pela sociedade. Não aceitaríamos, neste prisma, que a renda fundiária obtida por meio de investimento público em determinadas porções do espaço fosse transferida em sua totalidade para detentores do capital financeiro (e setores do capital produtivo) que atuam em diversas escalas. Não aceitaríamos, também, que pessoas que historicamente produziram o espaço que é alvo da intervenção, mantendo-o como um espaço de raridade ao longo de décadas, não consigam se manter ali em meio a um processo de especulação decorrente do caráter relacional do espaço. Não aceitaríamos, ainda, que parcelas restritas do espaço sejam selecionadas para receber investimentos, em meio à guerra dos lugares, enquanto cidades inteiras se vêem à margem do processo, configurando um processo de segregação socioespacial cada vez mais violento.

O que faz então com que processos como estes sejam “naturalmente” aceitos perante a sociedade? Para além da questão da ideologia – discussão complexa que não poderemos aprofundar aqui mas que pode superficialmente ser compreendida como, de certo modo, a universalização de interesses particulares –, ou melhor, associado a ela e como um dos seus instrumentos, assistimos à entrada em cena do marketing urbano, ou city marketing, que objetiva não somente converter a cidade como um todo em mercadoria – ainda que através da venda de projetos pontuais, à luz do planejamento estratégico – mas também construir o consenso e legitimidade em relação ao que está sendo proposto/implementado.

Transformar uma cidade em mercadoria e passível de venda num mercado global envolve uma sofisticada articulação de ideais e práticas que estejam o mais próximo possível de um sentimento coletivo que, de algum modo, reflita uma identidade local e, por consequência, traduza uma sensação de pertencimento. Conceber a cidade enquanto mercadoria é arrancá-la dos laços sociais que produzem diariamente o espaço e dotá-la de fetiches, ou algo desprovido de relações histórico-culturais (quicá a história torne-se mais um elemento mercadológico).

Lefebvre (2013 [1974], p. 85) propôs que a cidade, tida como objeto de consumo, mantém apartadas as relações sociais e o modo com que estas se dão, bem como os significados nelas representados. Ainda sobre o fetiche mercadológico, Sanchez reflete que “para a promoção e venda das cidades [...] (estas) tem retiradas muitas das características concretas do processo e dos sujeitos que participaram de sua formação e transformação” (2010, p.70).

A autora revela-se intrigada e suscita a seguinte provocação: “o que está à venda na venda da cidade?” (SANCHEZ, 2010, p. 58). A resposta à pergunta vem com a prévia explicação de que, se antigamente as cidades eram planejadas para as populações residentes, nos dias atuais elas estão cada vez mais pensadas nas influências que exercerão sobre o capital financeiro. Esta peculiaridade está intrinsecamente associada à criação e ao surgimento das cidades globais, cujos pilares estão, atualmente, fixados na recepção de megaeventos internacionais e à competitividade, ou eixo competitivo, entre outras cidades. É preciso destacar que a promoção do espaço, concebido como mercadoria, necessita de apoio político para sua efetivação, o que remete às disputas por poder e aos modos de exercê-lo, tais como descrito por Machado (2011) nos estudos sobre Foucault.

De modo paradoxal, a transformação da cidade em mercadoria “explica a possibilidade histórica da convergência de certas imagens e construções discursivas provenientes de contextos sociais e territoriais profundamente diferentes” (SANCHEZ, 2010, p.70). A despeito de ser produzido e vendido como uma mercadoria, o espaço carrega em si a característica fundamental de ser estratégico e político por ser (ele mesmo) o local onde o poder é exercido. Com isso, a autora faz referência a Lefebvre ao dizer que, apesar

da pressão e coerção sobre os diversos modos de se conceber o espaço, sempre haverá mecanismos de resistência nas escalas locais.

Um dos elementos que podemos mencionar a respeito da resistência, dentro deste processo que pode ser entendido como uma forma de luta pelo espaço, é em relação à categoria gentrificação. Muito se tem discutido a respeito da validade ou não do termo para a realidade brasileira – e carioca/fluminense. Neil Smith (2006), uma das referências centrais nos estudos sobre o tema, descreveu que os processos de renascimento urbano estão profundamente associados à gentrificação na paisagem urbana. A construção de cidades que atendam unicamente aos interesses em torno do capital financeiro desapropria as camadas mais sensíveis da população, destinando-as às margens e, por vezes, marginalizando-os (apesar de estas palavras terem um radical comum, seus significados nem sempre são denotados como sinônimos). Ainda que os estudos de Smith (2006) tenham sido realizados em Nova Iorque (EUA), o fenômeno pôde ser observado em diversas outras cidades e países. Regra geral, os bairros periféricos serviram de refúgio para as camadas sensíveis da sociedade, ao passo que os bairros centrais tornaram-se alvo da especulação imobiliária com o advento das classes mais abastadas, elevando os preços dos imóveis e transformando a frequência do perfil socioeconômico. Segundo Smith (2006), a paisagem da cidade foi conectada às relações de emprego, lazer e consumo, deixando de ser democráticas ao serem desenhadas para as classes média e alta. Ainda que este não figure como o padrão encontrado nas cidades brasileiras, e por este motivo necessitamos cautela no uso do termo, nos parece que a gentrificação vem sendo acionada, nos últimos anos, como uma categoria de luta na resistência contra as remoções diretas ou indiretas associadas ao Porto Maravilha⁸. Trata-se, portanto, de uma categoria em disputa, o que mostra a sua potência transformadora.

De qualquer forma, Smith (2006) traz à tona uma reflexão que está fortemente associada à sociedade do espetáculo e à sociedade do consumo:

Do mesmo modo que a televisão popular fez as massas acreditarem que a vida das pessoas ricas e célebres representavam a norma social à qual todo mundo pode aspirar, a gentrificação produz agora uma paisagem urbana que veicula as mesmas aspirações (acreditar no consumo) (p.73).

⁸ E outros casos no Brasil, como o Cais Estelita, em Recife/PE, e no mundo, como nos movimentos de resistência vecinal em Barcelona (GIANNELLA e MAKLOUF, 2016).

Políticas nacionais diversas encorajam o setor público a se unir ao privado para subsidiar as políticas urbanas, o que, segundo Smith (2006), confere uma nova função ao Estado: promover a capilaridade do capital financeiro e a variação das oposições políticas. A partir deste ponto, é interessante retornar às reflexões de Sanchez (2010) de como esses mecanismos puderam obter sucesso e que, segundo ela, parte da solução foi a incorporação dos mecanismos de comunicação de massas.

Sanchez (2010) reflete que a produção da imagem das novas cidades, bem como os discursos que são veiculados nos meios de comunicação, provêm de vultosos orçamentos destinados aos meios de comunicação e equipes de marketing para a criação de uma “imagem da marca das cidades inventadas” (p. 83), a que a autora denomina de representações do espaço e transformações urbanas. Para ela, a mídia atua na produção de discursos que, por sua vez, servirão de base para a formulação de consensos. Os discursos e conteúdos veiculados na mídia agem na tentativa de aniquilar e/ou enfraquecer as visões e forças antagônicas aos discursos hegemônicos. Nesse ponto, a autora reconhece a importância das ações de comunicação como estratégia de amálgama da opinião pública e reflete que o próprio espaço urbano também é construído para se comunicar simbolicamente com os cidadãos. A autora recorre aos conceitos da sociedade do espetáculo de Guy Debord para compreender a utilização de discursos e imagens na formulação de ideais coletivos: o acesso à modernidade, os padrões de primeiro mundo, a sensação de segurança etc.

Por fim, Sanchez (2010) menciona que à construção dos discursos cabe ainda uma importante etapa: levá-lo a público por quem seja visto como autoridade e cuja mensagem tenha uma força (quase) inquestionável: técnicos de marketing, grandes empresários, famosos urbanistas, personalidades públicas carismáticas, engenheiros etc. Assim, sugere a autora, a sentença passa a ser aceita mais facilmente, uma vez que, supostamente, essas autoridades têm mais propriedade em suas falas previamente elaboradas.

Como culminância de todo o processo descrito até o momento, tem-se a configuração de cidades e regiões metropolitanas cada vez mais segregadas/segregadoras. Esperamos ter evidenciado até aqui, ainda que muito brevemente para a complexidade dos assuntos tratados, os fundamentos teórico-conceituais da

produção do espaço urbano e dos processos de metropolização que levam a tal configuração. A próxima seção, que já se encaminha para uma conclusão, abordará, desta forma, o modo com o qual a metrópole se (re)produz pautada na segregação socioespacial.:

Metropolização e segregação socioespacial

Percebe-se, atualmente, a segregação socioespacial como o fundamento do processo de metropolização das cidades. O espaço urbano, como já foi dito, constitui o produto histórico das relações sociais vivenciadas em determinado espaço-tempo. Na medida em que as engrenagens deste processo seguem a lógica do capital, não há como dissociar a produção do espaço urbano do modelo de acumulação capitalista, e isto só pode ser compreendido à luz da ideia de espaço relacional. Diante deste contexto, a segregação emerge como condição, meio e produto de um modelo de produção e reprodução das relações sociais centrado na expansão e consolidação dos valores de troca (CARLOS, 2013).

As contradições inerentes ao próprio modo de produção do espaço urbano aparecem como elementos determinantes da segregação social. A noção de propriedade, apresentada no modelo capitalista como direito natural do ser humano, situa-se no cerne de todas as formas de desigualdades e enfrentamentos. Segundo Alvarez (2013, p. 113), apesar da produção do espaço ser concebida socialmente, é a propriedade privada que mediará as relações de apropriação e sua subordinação ao valor de troca. Neste sentido, os conflitos existentes entre a necessidade de apropriação do espaço como lugar de vida e como instrumento de manutenção da acumulação de riquezas permeiam as diversas relações sociais existentes. O plano da prática socioespacial urbana – práxis – da sociedade moderna revela, porém, o detrimento dos valores de uso em relação aos valores de troca, com a reprodução do espaço como “extensão do mundo da mercadoria a todas as esferas da vida como condição da realização da reprodução capitalista” (CARLOS, 2013).

O modelo empreendedor de planejamento estratégico e gestão da cidade fornece os subsídios básicos para a manutenção e ampliação do processo de valorização dos espaços urbanos, privatizando todos os conteúdos sociais da vida humana. Desta forma, a metrópole passa a ser vivida através de fragmentos,

de experiências atomizadas e deslocadas de sua totalidade. Dentro desta lógica, adiciona-se à cidade uma nova qualidade: a de mercadoria, condição intrínseca à segregação. Segundo Carlos (2013, p. 97), “(...) a segregação está posta como fenômeno urbano que acompanha a criação das cidades em vários momentos de sua história, sob o capitalismo ela ganha outra forma: a produção do espaço-mercadoria como momento de realização do processo de acumulação”.

A segregação domina todas as esferas da vida social, desde a paisagem e a morfologia das cidades até as mais abstratas das relações. Existe, porém, um elemento comum capaz de mediar e orientar todas estas esferas e fragmentos: o Estado. Por meio da legitimação de normas, regulamentos e políticas públicas, o Estado direciona as formas e funções de uso do espaço, garantindo toda a infraestrutura e superestrutura necessárias à reprodução ampliada do capital (CARLOS, 2013). Tendo o valor de troca como fio condutor do processo de “produção/apropriação/reprodução” (CARLOS, 2013, p. 97) do espaço urbano, selecionam-se os sujeitos possibilitados de acessá-lo. Os consecutivos fenômenos de desvalorização, requalificação e expropriação presenciados nos últimos anos pela cidade do Rio de Janeiro, constituem exemplos das estratégias de viabilização da expansão do capital, como também evidenciam o papel e as alianças dos diversos atores sociais envolvidos (ALVAREZ, 2013).

Nas cidades brasileiras, o processo de rápida urbanização replicou o modelo segregador das grandes metrópoles globais, restringindo grupos sociais de menor renda ao acesso de “condições básicas de urbanidade” e impossibilitando-os, assim, de uma verdadeira inserção na cidade (ROLNIK, 2006, p. 199). Desta forma, a segregação passa a atuar em diferentes dimensões sociais sobrepostas, efetivando a completa desmobilização destes grupos. A falta de moradias legais desdobra-se na formação de assentamentos precários, ilegais e irregulares, localidades tidas como invisíveis para a gestão e administração estatais. Nestes locais, Rolnik (2006) identifica a combinação de elementos de uma sociedade pré-moderna e pós-moderna, a partir do momento que alguns serviços básicos de infraestrutura são negados e o consumo de produtos supérfluos é incentivado.

A cidade partida é um cenário tão intrínseco ao cotidiano da sociedade moderna, que se converteu em uma realidade naturalizada. Os territórios periféricos e as favelas são facilmente associados à desordem

e ao caos, ou seja, a um elemento social errático do espaço produzido. Uma percepção que desassocia completamente estes espaços de sua materialidade histórica. No entanto, ignorar o conteúdo social destes espaços é desprover o modo de produção dos espaços urbanos de sua essência, o que configura, na verdade, uma condição de existência.

Mas, se por um lado as cidades se configuram como espaços estratégicos para o empresariamento urbano, são nelas também que emergem os movimentos de resistência. Como destaca Lefebvre (1991 [1968]), é justamente no cotidiano que se encontra o limite do viver e a capacidade de lutar. O sociólogo enxerga, a partir da tendência das cidades à urbanização completa, um meio de superação através da sobreposição do valor de uso ao valor de troca, da imaginação à razão, da criação ao repetitivo e, principalmente, através de projetos coletivos revolucionários. O pesquisador não propõe uma retomada da cidade clássica antiga, mas sim um novo espaço com novas bases e escalas, onde o homem esteja presente como sujeito, obra e não como produto. Nas palavras do sociólogo: “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFÈBVRE, 2008 [1968], p. 117-118).

É preciso, portanto, direcionar nossos esforços para apreender aquilo que existe enquanto potência transformadora no processo de luta pelo espaço, e esmiuçar cada lampejo que aponte para a superação do modo capitalista de produção na vida cotidiana que, ao mesmo tempo em que se vê dominada, resiste e cria, produzindo o espaço urbano enquanto obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi descrito na introdução, este artigo é fruto de uma tentativa de compreender o modo como a produção do espaço vem se dando ao longo do atual momento histórico neoliberal e de recrudescimento das pautas conservadoras. O trabalho trouxe como referência empírica central, deste modo, a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio – projeto Porto Maravilha – e sua relação com o processo de metropolização. A questão urbana é, ao mesmo tempo, chave para o arcabouço de diversas leituras

da complexidade capitalista e, também, fonte de recursos para a construção de alternativas ao paradigma dominante.

Enquanto houver sociedade cujo modelo de Estado esteja a serviço dos interesses privados, pautado na histórica exclusão e opressão dos grupos menos favorecidos para a formação de um contingente de reserva de mão de obra, a lógica neoliberal, quiçá esquizofrênica, pautará suas políticas de “combate à pobreza e inclusão via consumo e pela tomada de terra urbana e da moradia pelas finanças globais” (ROLNIK, 2015, p. 368). O desencadeamento dos tópicos ao longo deste artigo buscou mostrar que há uma lógica no modo como as políticas econômicas e financeiras se articulam com o que outrora foram as políticas urbanas e sociais. Essa manifestação, que pode ser alcunhada de financeirização (ainda que esse termo assuma uma complexidade teórica e conceitual muito mais ampla), abre espaço para novas leituras acerca dos valores das coisas.

As relações de produção foram modificadas, não há dúvidas. O dinamismo cada vez maior entre os valores de uso e os valores de troca com vistas à potencialização da aceleração dos fluxos de capitais fazem emergir novos modos de relacionamento com o espaço. Entretanto, o espaço enquanto meio relacional continua e continuará a ser o local onde as possibilidades são criadas.

A lógica capitalista e neoliberal pressupõe movimentos cada vez mais intensificados de acumulação de bens e, por consequência, formas diferenciadas de renda, entre as quais ressalta-se a do monopólio do espaço. Poder-se-iam exemplificar diversos mecanismos, entretanto os processos de fusão e aquisição de empresas e até mesmo de terras elucidam essa questão de modo mais prático, onde se torna emblemática a raridade do espaço, em especial nos centros urbanos, cujo efeito de ponta será a escalada dos preços dos imóveis e o surgimento de um fenômeno relativamente novo nos estudos das ciências sociais: a gentrificação.

Somados os elementos elencados acima, percebe-se que há material suficiente para o planejamento de um modelo de sociedade seletiva e excludente, tal como vista na atualidade, cujas áreas centrais e valorizadas funcionam como o prolongamento do comércio que se pratica em seu interior. As cidades-

mercadorias, ou city marketing, estão no apogeu do uso das técnicas de segurança, comunicação, urbanismo, informação e transporte logístico em favor do fluxo de capitais (e de alguns cidadãos selecionados). Como consequência, vivencia-se o acirramento das desigualdades sociais e o aumento de marginalizados.

A conclusão a que chega esse artigo é que os modelos de planejamento urbanos, tais como propostos e praticados no Rio de Janeiro, não são concebidos para integrar a sociedade, mas o contrário, segregar ainda mais, além de criar novas oportunidades de enriquecimento via acumulação por espoliação. Apesar de não ser o foco deste trabalho, há indícios na literatura para afirmar que o mesmo modelo vem sendo replicado com frequência cada vez maior ao redor do globo. Sendo assim, faz-se cada vez mais urgente refletir sobre mecanismos alternativos de práticas solidárias, fazendo ampliar os horizontes dos espaços de relacionamento. Obviamente, é preciso sempre ter cuidado com a formulação de utopias a respeito das cidades mais seguras, de modo a não perpetuar a prática de remoção dos pobres para as periferias, “ação perfeitamente compatível com a observação de Engels segundo a qual a única solução que a burguesia consegue encontrar para seus problemas é afastá-los das vistas” (HARVEY, 2011, p. 202-203).

Para concluir, ainda com o uso da contribuição de Harvey (2011), “parecem ínfimas as perspectivas de reforma institucional. (...) Não há, ao que parece, alternativa além do enriquecimento progressivo dos já ricos e do empobrecimento regressivo dos já pobres” (p. 204). É preciso, assim, olhar para o que está sendo produzido em luta. Concordamos com John Holloway (2013) quanto à necessidade de um olhar atento para o que ele denomina como fissuras do capitalismo. Tais fissuras são produzidas por diversas formas de luta, tanto aquelas mais tradicionalmente reconhecidas, institucionalizadas ou não, quanto os diversos modos de organização da vida cotidiana, modos que, nos espaços populares segregados, passam pelas articulações solidárias de cuidado e trocas. Se para mudar o capitalismo é preciso mudar o espaço, sigamos por aí.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Isabel Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: CORREA, Roberto Lobato; VASCONCELOS, Pedro de Almeida; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

- BARBOSA, Jorge Luis. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: OLIVEIRA, Marcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006 [2002].
- CALVETE, Cássio da Silva. Impactos da Financeirização no Mundo do Trabalho. In: MACAMBIRA, Júnior; CARLEIAL, Liana Maria da Frota. (Org.). **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2009.
- CARDOSO, Isabel. O papel da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro na estruturação do espaço urbano: uma “máquina de crescimento urbano”? In: **O Social em Questão**, n. 29, 2013a, p. 69-100.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o ‘direito à cidade’ como horizonte utópico. In: CORREA, R. L.; VASCONCELOS, P. A.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo **hoje: as contradições no processo de reprodução do espaço**. *Scripta Nova*, 2001, n. 88, sem paginação.
- FERREIRA, João Sette Whitaker; VILLAÇA, Flávio; MARICATO, Ermínia. **O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FIX, Mariana. **São Paulo Cidade Global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- GIANNELLA, Leticia de Carvalho; DE LA GARZA, Muna Makhlof. Conexões Rio-Barcelona: da realidade à utopia. Da produção da cidade neoliberal à articulação das resistências. In: Coloquio Internacional de Geocritica, XIV, 2016, Barcelona. Las utopias y la construcción de la sociedad del futuro. **Anais...** Barcelona, Universidad de Barcelona, 2016, não paginado.
- GIANNELLA, Leticia de Carvalho. A luta pelo espaço no contexto do projeto Porto Maravilha: novos sujeitos e contradições. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 2015, v. 17, n. 3, pp. 150-174.
- GIANNELLA, Leticia de Carvalho. **Revirando o Porto Maravilha: luta pelo espaço e contradições urbanas na zona portuária do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2015.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EdUSP, 1993.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, 2012 [2006], p. 8-39.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005 [2001].
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, n. 39, 1996, p. 48-64.
- HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1982].

- HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].
- HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.
- LEFÈBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013, [1974].
- LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro, 2008 [1968].
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- MARTINS, Flavia Elaine da Silva. **A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo**. 2011. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- PAULANI, Leda Maria. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. In: **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 3, 2016, p.p. 514-535.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. In: **Boletim de políticas sociais**, IPEA, n. 12, 2006, p. 199-210.
- SANCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2ª ed. Chapecó: Argos, 2010.
- SANFELICI, Daniel. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. *EURE*. Santiago, v. 39, 2013, p. 27-46.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Caroline. A dimensão política da revitalização do porto do Rio de Janeiro: um estudo do projeto “Porto Maravilha”. In: **Continentes**, n. 1, 2012, pp. 56-72.
- SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à ‘regeneração’ urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. (org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Volume I. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1776].
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori.; VAINER, Carlos.; MARICATO, Ermínia. (orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2009 [2000].
- WERNECK, Mariana. Interesses em Jogo na Cidade Olímpica: o Porto Maravilha e seu arranjo institucional e financeiro. In: Encontro Nacional da ANPUR, XVII. **Anais...** São Paulo: ANPUR, 2017.